

PROMOÇÃO DA SAÚDE E A COMISSÃO INTERNA DE
SAÚDE E AMBIENTE ESCOLAR
NO CONTEXTO DA COVID-19

Luciana Ribeiro Garzoni

PROMOÇÃO DA SAÚDE E O PAPEL DA ESCOLA

No contexto da COVID-19 é possível entender o impacto da pandemia a partir do conceito ampliado de saúde (OMS, 1978). Este conceito coloca a saúde não apenas como a ausência de doenças, mas dependente de diversos fatores. Tais fatores irão determinar o estado de saúde das pessoas e das comunidades em que vivem. Os fatores que determinam a saúde de uma pessoa ou de uma comunidade incluem entre outros: trabalho e renda, condições de moradia, acesso à educação, cultura, alimentação saudável, saneamento básico e água potável, acesso aos serviços de saúde, a ação humana sobre o meio ambiente, entre outros. São estes os fatores conhecidos como determinantes sociais e ambientais da saúde os quais classificamos como determinantes socioambientais da saúde (OPAS, 2011). Todos estes determinantes citados apresentam alguma relação com a COVID-19, uma doença originada da crise ambiental causada pelo homem e agravada pelas questões sociais. Nesse contexto, a escola por seu papel social, é um ambiente único para tirar da maior crise sanitária da história da humanidade a oportunidade de se revigorar e inovar, para formar agentes de transformação da realidade, aptos a atuarem sobre estes determinantes durante todas as etapas de suas vidas.

Promoção da Saúde é um campo da saúde pública que objetiva fortalecer o protagonismo das pessoas nas ações para a melhoria da saúde individual e coletiva. A Carta de Ottawa, redigida durante a primeira conferência Internacional de Promoção da Saúde em 1986 apresenta como condições e recursos fundamentais para a saúde: paz, abrigo, educação, alimentação, recursos econômicos, ecossistema estável, recursos sustentáveis, justiça social e equidade (WHO, 1986). Na década de noventa, a promoção da saúde ganhou força no Brasil na perspectiva de um novo modelo de cuidado em saúde, baseado nas discussões no campo da sustentabilidade socioambiental, como por exemplo durante a Rio 92, que gerou a Agenda 21, um instrumento de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável para o século XXI. Porém, a promoção da saúde

ganhou institucionalidade no Ministério da Saúde no Brasil apenas em 1999, a partir de um projeto em cooperação com a ONU. Em 2006 foi lançada a Política Nacional de Promoção da Saúde (Ministério da saúde, 2010).

Após a conferência de Ottawa, outras conferências internacionais de promoção da saúde ocorreram e um dos principais avanços foi o desenvolvimento da proposta de saúde em todas as políticas (OMS, 2010; 2013). Partindo do conceito ampliado de saúde, fica claro que os diversos setores da sociedade e as políticas públicas de diferentes áreas, impactam diretamente na saúde humana e na saúde do planeta. A agenda 2030 da ONU traz essa dimensão, tendo em seus 17 objetivos do desenvolvimento sustentável as múltiplas dimensões da saúde humana e planetária (ONU, 2020).

O papel das escolas é tão estratégico para a promoção da saúde, que em 1995 a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS) lançou a Iniciativa nas Américas de Escolas Promotoras da Saúde (EPS) que em 2006 estabeleceu 3 eixos para a acreditação de escolas no programa: o processo de planejamento, que deve garantir a inclusão das iniciativas no plano de ação da comunidade; as atividades de promoção da saúde desenvolvidas, que incluem entre outras a alimentação saudável, fatores psicossociais protetores e ambiente escolar saudável; e a participação da comunidade escolar e comunidade do entorno nas ações (Silva et al., 2019). Em 2007 o governo federal instituiu no âmbito dos ministérios da Educação e da Saúde, o Programa Saúde na Escola (PSE) visando contribuir para formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde (Ministério da Saúde, 2010).

Estando a promoção da saúde diretamente associada com a reorientação de práticas e com a participação comunitária de forma consciente e crítica, a escola apresenta papel crítico na melhoria da saúde da população, agora e para muito além da crise sanitária atual.

A Criação de uma Comissão Interna de Saúde e Ambiente na Escola

A NOTA TÉCNICA N.º 1/2020/PG-EBS/IOC-FIOCRUZ que trata de embasamento técnico e sugestões para ações de promoção da saúde ambiental e estratégias educacionais para mitigar as iniquidades no acesso à Educação Básica no Brasil no contexto da pandemia de COVID-19, propõe a criação de uma Comissão Interna de Saúde e Ambiente em cada escola. A proposta é de que a comissão promova a integração da comunidade escolar com os diversos setores da sociedade na perspectiva de criação de redes sociotécnicas para ações intersetoriais que promovam a saúde na escola e na comunidade em que a escola se insere, visando o enfrentamento dos determinantes socioambientais da saúde. Ou seja, a partir do conceito ampliado saúde, explicado acima, espera-se que a Comissão Interna de Saúde e Ambiente ajude a escola a consolidar uma nova cultura de saúde, segurança, solidariedade, confiança e sustentabilidade necessária, a médio e longo prazo. Que fortaleça o Programa Saúde na Escola do Ministério da Saúde (PSE) dentro de cada escola.

A sugestão da Nota Técnica é de que a escola aproveite instâncias de integração comunitária já existentes para opinião e/ou deliberação sobre pontos de interesse, como por exemplo os Conselhos Escolares, Conselhos de pais e mestres, ou qualquer denominação similar para organização da comissão. Para isso, os participantes precisam estar motivados intrinsecamente, com o objetivo de cooperar e de transformar a escola por dentro da crise. Pensando as necessidades da escola e organizando ações coletivas para que sejam criadas as condições necessárias para uma escola promotora da saúde.

Inicialmente a comissão irá atuar na organização e estruturação das estratégias emergenciais para o enfrentamento da COVID-19 na escola, mas após a pandemia poderá ser um legado que contribuirá para fortalecer as ações de promoção da saúde, ajudando a escola a consolidar uma nova cultura de saúde, segurança, solidariedade, confiança e sustentabilidade a médio e longo prazo.

Implementar tais referenciais fortalece o papel da escola na promoção da saúde a partir da reorientação de práticas para a prevenção e controle epidemiológico da Covid-19, deixando um legado de organização e engajamento comunitário necessários para os cuidados de saúde na escola e em seu território.

Referências

1. Declaração de Helsinque - <http://dssbr.org/site/wp-content/uploads/2013/09/8%C2%AA-Confer%C3%Aancia-Internacional-de-Promo%C3%A7%C3%A3o-da-Sa%C3%BAde.pdf>
2. Ministério da Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde. Série B. Textos Básicos de Saúde Série Pactos pela Saúde 2006, v. 7. 2010.
3. Silva M., et al. Processo de Acreditação das Escolas Promotoras de Saúde em âmbito mundial: revisão sistemática. Ciência & Saúde Coletiva, 24(2):475-486, 2019. <https://scielosp.org/article/csc/2019.v24n2/475-486/pt/>
4. Instituto Oswaldo Cruz. Nota Técnica N.º 1/2020/PG-EBS/IOC-FIOCRUZ. 2020.
5. Organização Mundial da Saúde - Carta de Ottawa - primeira conferência internacional sobre promoção da saúde. Ottawa, novembro de 1986. https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_ottawa.pdf
6. Organização Mundial da Saúde - Declaração de Adelaide - https://www.who.int/social_determinants/portuguese_adelaide_statement_for_w eb.pdf